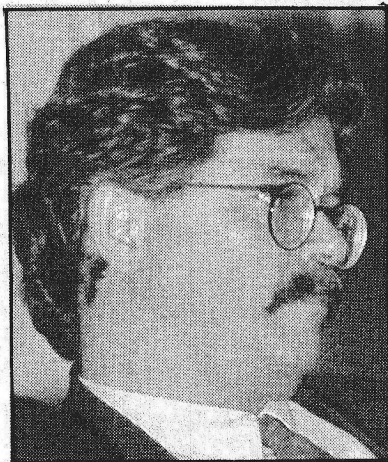


Empreiteiras agem de comum acordo em Minas

BRASÍLIA — O esquema de manipulação do Orçamento pode não ser mais privilégio apenas das grandes empreiteiras. Ontem, o deputado Nilmário Miranda (PT-MG) entregou à CPI da máfia do Orçamento um resumo da ata de reunião de um grupo formado por pequenas empreiteiras mineiras, indicando que elas dividem entre si as obras municipais e admitem pressões sobre prefeitos, além da montagem de esquemas para a apresentação de emendas ao Orçamento da União.

O documento envolve 13 cidades mineiras e 11 empreiteiras (Coesa, Estável, Gama, Marialva, Mello Azevedo, ECP, Ponta, Arquel, Estrutura, Completa e Sengel).

O resumo da ata aponta, por exemplo, uma obra na cidade de Barbacena, na Zona da Mata de Minas, envolvendo recursos de CR\$ 25 milhões, em valores de agosto deste ano, quando ocorreu a reunião.



Nilmário Miranda: ata enviada à CPI

“Processo montado sendo entregue em Brasília... Cidade sob controle, precisando dar leve pressão no prefeito” — relata um dos participantes da reunião.

— Supostamente, estamos, nesse caso, diante de um acerto entre pequenas e médias empreiteiras para apresentar emendas

ao Orçamento — afirmou o deputado petista Nilmário Miranda.

Em outra reunião, no dia 10 de setembro deste ano, os representantes das empresas decidiram contratar uma empresa, a Porto Real, que tem um tal de “doutor Janos” como seu representante, para auxiliá-las sobre os documentos que terão de ser apresentados pelas prefeituras para conseguirem liberação de verbas do Orçamento. Os editais também não serão problema. As empresas decidiram também contratar um tal de Fernando Veigas para orientá-las nesta tarefa.

A cidade de Ubá, também na Zona da Mata, não preocupa o grupo de empreiteiras, segundo o resumo da reunião.

“Prefeitura com dinheiro; Prefeito muito sério e fechado com o grupo, desde que o processo seja transparente. Sob controle”, diz parte do relato sobre a reunião das empreiteiras.